O discurso sobre a amizade: diferenças de exposição entre as duas Éticas

Chiara Buffon (Università Cà Foscari)

The main aim of this paper is to compare Aristotle's analysis of friendship in *Nicomachean Ethics* books VIII and IX and in *Eudemian Ethics* book VII.

Aristóteles dedica à amizade o livro VII da Ética Eudêmia e os livros VIII e IX da Ética Nicomaquéia. Os dois tratados são substancialmente assimiláveis quanto às teses defendidas; todavia, diferenças podem ser encontradas na organização do discurso. Os comentadores discordam sobre o juízo a dar para tais discrepâncias: Fraisse¹ pensa que a Ética Nicomaquéia está ordenada com maior clareza e distingue nos livros VIII e IX três partes, dedicada uma ao esclarecimento das noções, uma outra à justiça e uma terceira à investigação psicológica; de opinião oposta é Rowe, que considera a argumentação da Ética Eudêmia mais logicamente seqüencial e a Ética Nicomaquéia mais rica de repetições e de argumentos desconectados entre si.²

A EE VII pode ser dividida como segue: a primeira parte (1234b18 – 1236a 5) é dedicada a apresentar questões a resolver, *endoxa*, premissas metodológicas; Aristóteles se ocupa sucessivamente de dar uma definição do que é a amizade, estudando suas diversas propriedades e propriedades (1236a16 – 1241b11); esta parte definicional compreende o estudo dos três fenômenos, benevolência, concórdia e amor de si, que se distinguem da amizade, embora lhe sejam assemelhados. Segue uma seção sobre a justiça (1241b12 – 1244a37), enquanto a última parte de EE VII (1244b1 – 1246a25) é dedicada ao tratamento

_

1

¹ pp. 279-286

² pp. 52 - 60

das questões relativas à autarquia e à necessidade de amigos. Pode-se falar, na *EE* VII, de graus crescentes de contextualidade: primeiramente a amizade é estudada e definida em si, depois são expostas as normas de justiça que ela implica, por fim a amizade é inserida no contexto mais geral da vida feliz.

Em *EN* VIII – IX, Aristóteles, depois deter introduzido o argumento, realiza uma análise dos três tipos de amizade, a qual é freqüentemente redundante e repetitiva; em particular, a passagem 1157b6 – 1158a36 é composta de observações separadas e nas mais das vezes já expressas no mesmo livro.³ Dá seguimento a esta passagem uma seção sobre o confronto entre a amizade e a justiça (1158b1 – 1165a36); no interior deste confronto, Aristóteles insere um longo discurso sobre as formas de governo (1159b25 – 1162a33), o qual não tem nenhum correspondente na *EE*.

A parte mais peculiar, porém, do discurso da *EN* sobre a amizade é o livro IX: ele é composto por uma série de discussões sobre argumentos díspares, o nexo entre eles freqüentemente não sendo evidente. Muitos dos argumentos apresentados estão presentes também na *EE*, mas aqui, na *EN*, estão, por assim dizer, fora de contexto. Por exemplo: o discurso sobre a benevolência e concórdia, que em *EE* VII serviam de "casos limites" para completar a definição da amizade⁴, estão presentes na *EN* somente como aprofundamentos marginais e não têm um papel definido na economia do discurso.⁵

A *EE*, em geral, tem uma ordem mais rigorosa com relação à *EN*, mas o que parece mais interessante não é tanto a estrutura em si do discurso quanto a possibilidade de ler em função de motivações mais amplas as diferenças de exposição da *EN* relativamente à *EE*, em particular as duas mais evidentes, que são as passagens do livro VII sobre as formas de governo, 1159b25 – 1162a33, e a composição de *EN* IX.

2.

³ Foram dadas várias interpretações a esta passagem (Susemihl-Apelt, pp. 178-181; Susemihl, p. 180 –183; Ramsauer, pp. 520-526; Burnet, p. 371; Gauthier, pp. 681-683; Irwin, p. 124, e pp. 278-279; Pakaluk, pp. 82-90; Broadie, p. 411); não se apresentará aqui uma solução ao problema, pois não é essencial para o presente

⁴ Rowe (p. 55) não atribui ao estudo dos *philka* a mesma função para definir a amizade, mas os inclui, mesmo assim, na primeira seção do discurso, a não ser que estejam em função de acréscimos posteriores.

⁵ Pakaluk (pp. 180-181) considera difícil ver qual é a função da passagem sobre a benevolência e concórdia, fazendo a hipótese que aqui Aristóteles teria pretendido acabar com a identificação platônica entre concórdia, amizade e harmonia interior. Gauthier (p. 725) identifica aqui com correção uma polêmica antiplatônica.

Na *EN* VIII 1159b25 – 1162a33, Aristóteles ilustra os três tipos de constituição e as formas degeneradas correspondentes. O discurso está inserido no estudo da relação entre amizade e justiça. Inicialmente Aristóteles afirma que amizade e justiça ocorrem entre as mesmas pessoas, estabelecendo-lhes a co-extensividade. Em seguida, depois de ter dito que existem diversas formas de justiça e que todas as comunidades são partes da comunidade política, Aristóteles se delonga em uma análise das formas de governo (1160a31 – 1160b21); somente em um segundo momento ele põe em relação esta análise com as relações privadas de amizade que constituem o tema do livro.

É interessante o fato que o estudo das constituições na *EN* tem uma certa autonomia relativamente ao contexto: as formas de governo são analisadas por si mesmas antes de serem postas em conexão com a amizade. Isso não ocorre na *EE*; com efeito, em 1241b27 – 33, de modo muito mais conciso, as formas de governo são mencionadas somente por causa de sua relação com os elos de amizade entre familiares, a saber, com o objeto principal do tratado, mas não são estudadas em si e por si.

Em ambos os discursos sobre a amizade faltam outras digressões de matéria política que expliquem mais claramente a razão do maior interesse que o tema das constituições ganha na *EN*. Um sinal que pode nos fornecer uma chave interpretativa pode ser encontrado em duas afirmações que se encontram no início de cada um dos discursos. Seja no início de *EN* VIII, seja no primeiro capítulo de *EE* VII, é indicado um nexo entre amizade e política. Na *EN* Aristóteles afirma:

"ao que parece é a amizade que mantém a cidade unida" (1155a23 - 24), ao passo que na EE sustenta que:

"se opina, de fato, que a maior tarefa da política consista em estabelecer a amizade" (1234b21 - 22).

Ora, é preciso notar como a relação de dependência aparece aqui invertido: na *EE* é a política que funda a amizade, na *EN* é a amizade que funda a política. A partir disso, talvez, se pode explicar a importância que recebem as formas de governo: se a amizade é o

.

⁶ Cfr. Pakaluk 111.

⁷ Ramsauer (p. 548) sustenta, ao contrário, que Aristóteles observa sobre as constituições somente o que é útil para a ética; na verdade, do confronto com a *EE* pode-se ver como o lugar o da digressão é de não pouca importância quanto a extensão e autonomia.

que une a cidade e é o fundamento da política⁸, então as constituições estão baseadas no mesmo elo que une entre si os amigos ou os familiares. A associação entre pai e rei em *EN* VIII, por exemplo, não é usada por Aristóteles como uma mera metáfora para explicar a relação do pai com os filhos, mas Aristóteles quer sustentar que é justamente a relação de *philia* a ser a mesma. Estudar as constituições, portanto, equivale a estudar as formas de amizade⁹, o que pode justificar a inserção da digressão.

Para compreender, pois, por que o interesse pela política é mais vívido na *EN*, deve-se voltar ao início da obra: já em 1094b 12 Aristóteles define a sua investigação "em certo sentido política". Ademais, na *EN* é recorrente, de modo significativo, a definição do homem como animal político (1097b 11, 1169b 18, 1162a 18), a qual, por sua vez, tem uma só ocorrência na *EE*, e ainda de modo a relativizar sua importância:

"o homem é um animal não somente político, mas também doméstico" (1242a23).

Pode-se, portanto, constatar que, quanto ao tange ao interesse pela política, os livros sobre a amizade presentes na *EN* parecem ser solidários com o clima geral da obra.

3.

Como se disse acima, uma das diferenças principais entre os dois discursos sobre a amizade é que, na *EE*, não há nenhuma parte que corresponda ao conteúdo de *EN* IX. Disso se pode tirar observações gerais sobre os propósitos da obra.

EN IX contém, nos dois primeiros capítulos¹⁰, o término da casuística relativa à justiça e às querelas. No resto, o livro trata, na ordem: a amizade a quem não permanece o mesmo; o amor de si; a benevolência; a concórdia; as relações entre beneficentes e beneficiados; os dois tipos de egoísmo; se o homem feliz precisa de amigos; o número de amigos que é melhor ter; a amizade na boa e na má sorte. Segue uma conclusão na qual Aristóteles reafirma que a amizade é comunidade.

Destes argumentos, três não têm correspondentes na *EE*, a saber: os dois tipos de egoísmo, se devemos manter a amizade em relação a quem não permanece o mesmo, o

⁸ Gauthier (p. 702) oferece uma interpretação meramente genealógica: o Estado deriva da família e herda dela a estrutura. Mesmo que esta interpretação não seja implausível, não me parece apta a explicar as diferenças entre as constituições. Tricot (p. 411) inverte (ou não nota) esta relação de dependência e afirma que conhecer as *politeiai* significa conhecer as *philiai* que *derivam dela*; porém, nada diz sobre 1155a 23-24.

⁹ Para Gauthier (p. 697) são formas de amizade útil, a qual, contudo, pode elevar-se a uma concepção mais alta de comunidade.

¹⁰ 1163b28 – 1165a 36.

número de amigos que se deve ter. A este último tema se faz aceno, *en passant*, em *EE* (1245b20 –25), mas no contexto de um outro discurso e muito sumariamente.

O primeiro argumento, a distinção dos dois tipos de egoísmo, é uma retomada, em outros termos, do tema do amor de si, enquanto os dois outros argumentos se apresentam como recomendações práticas.

Quanto ao segundo argumento – a amizade em relação a quem não permanece o mesmo, ele é discorrido em *EN* IX 3 (1165a36 – 1165b37). Aristóteles parte de uma aporia que concerne a um problema prático: como comportar-se com um amigo que mudou radicalmente? Será preciso desfazer de súbito a amizade? Será preciso tratar o ex-amigo com particular frieza? Como se vê, Aristóteles se pergunta duas questões muito concretas.

No terceiro argumento, discorrido em 1170b20 – 1171a20, Aristóteles se ocupa de quantos amigos é mais vantajoso possuir e segundo que condições. O capítulo inicia com uma pergunta, que em seu interior contém um referimento às opiniões correntes, e se conclui com um ensinamento prático, sobre o número de amigos mais vantajoso nos vários tipos de relação:

"Nas relações políticas é possível ser amigo de muitos sem ser subserviente e permanecendo pessoa de fato boa, mas não é possível ser amigo de muitos pela virtude por eles próprios e devemos nos contentar se há amigos deste tipo, ainda que poucos" (1170b20 – 1171a20).

A forma na qual este argumento é discutido é particularmente interessante, pois muitos capítulos da *EN* IX têm uma forma similar: abrem-se com uma pergunta, ou cm um problema ou com *endoxa*, e se concluem com uma máxima introduzida por um dei, por um adjetivo verbal ou por uma outra expressão indicando dever (1164b20: dei; 1165a36: dioristeon; 1166b27 – 28: feukteon, peirateon; 1169b2: dei, ouj crh; 1170b18: dei; 1171a20: ajgaphton; 1171b27 – 28: eujl abhteon, aireth). Tais expressões sublinham a transmissão de um preceito moral prático, ensinamento em vista do qual cada problema é analisado.

O capítulo IX 3 (1165a36 – 1165b37), já citado, comporta-se do mesmo modo, mas com uma forma expositiva particular. Aparentemente, com efeito, neste capítulo as questões aristotélicas ficam sem resposta e, em conclusão, não há o habitual ensinamento prático. Porém, olhando melhor, o leitor é igualmente levado a tirar uma conclusão operativa, ainda que não de modo explícito. Aristóteles, com efeito, opõe duas soluções e,

primeiramente, propõe uma das duas possibilidades sob a forma de pergunta e de modo muito conciso; depois, sempre em forma interrogativa, apresenta a oura possibilidade, desta vez inserindo argumentos em seu apoio. Portanto não permanecem dúvidas sobre qual das duas opções ele considera a melhor. Que a resposta ao problema prático seja somente aparentemente eludida é demonstrado por 1165b21 – 26. Aristóteles apenas se pôs a questão (1165b17 – 21) se a amizade em relação a quem se torna mau deve ser parada de súbito ou se devemos tentar redimir o amigo, que a segunda possibilidade é definida por ele, no interior da própria pergunta, como uma atitude

"melhor e mais apropriada em uma relação de amizade (...)" (1165b2).

Aristóteles, portanto, embora justifique o primeiro comportamento como "compreensível", deixa ver claramente que julga o outro mais virtuoso. Somente os capítulos 5 a 7 são exceção a esta posição geral prática, visto que tratam de argumentos marginais (concórdia, benevolência, beneficentes e beneficiados) que não implicam uma exortação prática particular. Porém, nos capítulos que seguem reencontramos de novo, com algumas variações, o modelo acima descrito.

Em conclusão, podemos dizer que Aristóteles, na *EN* IX, leva em consideração uma série de questões de interesse mais prático do que especulativo e que o seu modo de apresentar os argumentos é didático, funcional para a transmissão de um preceito de vida: o que vai ao encontro do interesse prático mais acentuado da *EN* em relação à *EE*.

4.

À conclusão de uma maior atenção à prática por parte da *EN* VIII – IX conduz também um traço estilístico, a saber, a maior retoricidade desta obra em relação à *EE*. J[a se viu no parágrafo precedente como Aristóteles usa estruturas argumentativas e expositivas particulares para transmitir sua mensagem. A isto é preciso acrescentar outros expedientes destinados a persuadir o leitor, os quais não têm correspondentes na *EE* VII.

A EE VII 1 inicia com uma lista de problemas teóricos sobre a natureza da amizade (1234b18 – 21), à qual dá seguimento uma ampla lista de *endoxa*. Ao contrário, EN VIII 1 inicia focando imediatamente a atenção no valor da amizade. Para exaltá-la, Aristóteles antecipa de pronto uma das conclusões a que chegará nos últimos parágrafos, a saber: a necessidade de ter amigos quando já se possui todos os outros bens (1155a3 sg.). A isto acrescenta um conjunto de circunstâncias diversas ou opostas entre si (riqueza e pobreza,

juventude e velhice etc.) para mostrar como a amizade é um bem em todos os casos (1155a6 –23). Vê-se bem, portanto, como na *EE* a atenção está voltada a preparar a análise dos conceitos de que se ocupará o livro, enquanto na *EN* o que interessa é demonstrar imediatamente ao leitor que a amizade é um valor importante e algo útil.

Tanto na *EE* quanto na *EN* a condição dos perversos é descrita como dominada pela discórdia: Aristóteles, em particular, se põe a descrever tais condições falando da amizade por si mesmo. Porém, a passagem da *EE* (1240b11 sg.) preocupa-se sobretudo em reafirmar a inconstância do ânimo do perverso; Aristóteles subdivide os vários aspectos da tal instabilidade (*akrates, metameletikos, pseustes*) em função de sua ação no tempo e os contrapõe ao estado diverso do homem *agathos*.

Na *EN* 1166b6 − 29, Aristóteles faz um impressionante desenho da condição do perverso. No lugar de fazer uma contraposição ponto por ponto segundo os vários aspectos, em *EN* IX 4 Aristóteles primeiramente expõe o estado de concórdia do homem bom e depois passa a ilustrar as penas do perverso. A passagem 1166b6 − 13 é um *crescendo* de conseqüências negativas: Aristóteles explica que os perversos escolhem prazeres danosos, se abstêm por vileza de ações que aprovam, por fim são tão odiados que chegam a matar-se. Ilustrada a infelicidade das escolhas dos perversos, o autor aumenta a dose descrevendo a miséria de seu estado interior: os perversos, nos diz Aristóteles, tentam evitar a própria companhia, não têm afeição por si mesmos, ficam agitados por contrastes de tensões dilacerantes (literalmente: wsper diaspwnta, 1166b20-21); se entristecem logo dos prazeres que provam e são repletos de remorso.

Também na *EE* Aristóteles afirmava que os perversos são inimigos de si mesmos (1240b14), mas na *EN* põe diretamente sob os olhos do leitor o tormento deles de modo muito persuasivo (ou melhor, dissuasivo).

A conclusão, com a qual o leitor não pode senão convir, é a seguinte: "se deve, portanto, evitar com toda atenção a perversidade e esforçar-se em ser pessoa de bem" (1166b26-27).

5.

Pode-se, portanto, concluir confirmando a presença de um maior interesse prático na *EN* na base de pelo menos dois elementos: a presença mais nutrida de questões particulares ligadas à prática, com as respectivas soluções, e não um desenvolvimento

sistemático dos conceitos; o uso de um estilo adaptado a impressionar o leitor e mais ajustado

a persuadi-lo. Podemos talvez fazer a hipótese que a EN foi escrita com vistas a uma difusão

mais vasta, ao passo que a EE ficou mais ligada ao ambiente da escola e de suas discussões.

Poder-se-ia também sustentar que tanto a presença do elemento político como

a maior atenção prática da seção sobre a amizade na EN respondem à intenção geral da ópera;

de fato, na EN I 1-3 Aristóteles afirmou que a sua investigação é em certo modo política e

que o seu fim é prático; encontramos reflexos de ambos os propósitos nos livros sobre a

amizade. Talvez seja discutível que isto basta para demonstrar que pertencem originariamente

à obra, mas seguramente, como mostrado, testemunha um acordo com as linhas gerais da EN.

Referências Bibliográficas

Broadie, S. Ethics with Aristotle, Oxford 1991.

Fraisse, J. C. Philia. La notion d'amitié dans la philosophie antique, Paris 1974.

Gauthier, R.-A. e Jolif, J. Y. L'Ethique à Nicomaque, intr. trad. e com., Paris-Louvain 1959, 1970².

Natali, C. *Etica Nicomachea*, trad. introd. e notas, Roma-Bari 1999, 2001³.

Pakaluk, M. Aristotle. Nicomachean Ethics books VIII and IX, transl. and comm., Oxford 1998.

Ramsauer, G. (ed.) Aristotelis Ethica Nicomachea, Leipzig 1878.

Rowe, Ch. The Eudemian and Nicomachean Ethics. A study in the development of Aristotle's thought, Cambridge 1971.

Susemihl, F. e Apelt, O. (eds.), Aristotelis Etica Nicomachea, Leipzig 1903.

Tricot, J. Ethique à Nicomaque, Paris 1987.

[Traduzido por Marco Zingano e revisto por Barbara Botter]

8